

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 08/Set



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2626/2021



ALAGOAS

INFORME DO SINDVIGILANTES/AL: CAMPANHA SALARIAL 2022



O sindicato dos vigilantes de Alagoas informa que na Assembleia Geral realizada no dia 16 de agosto de 2021, para vigilantes de transporte de valores, e dia 19 de agosto de 2021, para os vigilantes patrimonial, ficou deliberado pelos presentes, as seguintes reivindicações salariais da CCT/2022, para ser discutida com a classe patronal.

VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.

1- Inclusão na CCT/2022, as categorias de vigilante patrimonial, segurança pessoal, vigilante operador de vídeo e monitoramento eletrônico, vigilante patrulheiro, vigilante bombeiro, vigilante motorizado, vigilante Líder e supervisor de segurança.

2- Reajuste salarial, no percentual do INPC dos últimos 12 meses, mais 3% (três por cento), de ganho real a partir de janeiro de 2022.

3- Tíquete Alimentação no valor de R\$ 28,00 (vinte e oito reais), por dia trabalhado, sendo 99% da despesa custeada pelos empregadores e 1% pelos empregados.

4- Tíquete Alimentação para os empregados abrangidos pela CCT, durante o período de gozo de suas férias, no valor de 100% do valor mensal, ou seja, R\$ 28,00 (vinte e oito reais), calculado sobre os dias de férias, a partir de 1º de janeiro de 2022.

5- Uma cesta básica de boa qualidade no valor de R\$ 200,00.

6- Prêmio de assiduidade nas férias no valor

de R\$ 150,00.

7- Prêmio mensal para quem trabalha na escala de 12x36 horas, de R\$ 50,00.

8- Plano de saúde gratuito.

9- Participação nos lucros das empresas.

10- Manutenção de todas as Cláusulas da CCT anterior.

VIGILANTES DE TRANSPORTE DE VALORES.

Assembleia Geral realizada no dia 16 de agosto de 2021.

1- Reajuste salarial, no percentual do INPC dos últimos 12 meses, mais 3% (três por cento), de ganho real a partir de janeiro de 2022.

2- Uma diária de viagem para todos os componentes de carro forte, no valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do piso salarial, quando o percurso de viagem for igual ou superior a 100 KM, considerando-se percurso, ida e volta.

3- Tíquete Alimentação no valor de R\$ 780,00 mensais, sendo 99% da despesa custeada pelos empregadores e 1% pelos empregados.

4- Tíquete Alimentação nas férias no valor integral de R\$ 780,00.

5- Uma cesta básica de boa qualidade no valor de R\$ 200,00.

6- Prêmio de assiduidade nas férias no valor de R\$ 250,00.

7- Plano de saúde gratuito.

8- Participação nos lucros das empresas.

9- Manutenção de todas as Cláusulas da CCT anterior.

Informamos ainda, que a Minuta da CCT/2022, já foi protocolizada no Ministério do Trabalho e no Sindicato Patronal.

Estamos aguardando que seja marcada a primeira reunião, para que possamos iniciar com as negociações salariais para 2022.

Maceió-AL, 04 de setembro de 2021.

À Diretoria.

Posto de serviço da BASE UBV deixa vigilantes em situação vulnerável para criminosos



Nesta sexta-feira, 03 de setembro, representantes do Sindsecur notificaram a empresa Interfort devido a vulnerabilidades na segurança dos trabalhadores no posto de serviço da BASE UBV do bairro Potengi.

Após denúncias e fiscalização da nossa entidade foi constatado que parte do muro do prédio desabou, situação que coloca os vigilantes em uma situação ainda mais arriscada.

De acordo com denúncias os vigilantes do referido posto de serviço já sofreram 3 assaltos no horário de trabalho, além de uma tentativa frustrada. Em três dessas investidas dos criminosos os trabalhadores tiveram suas armas roubadas. Uma prática que tem se tornado comum contra trabalhadores da segurança.

Por isso, preocupado com a segurança e a vida dos vigilantes, o Sindsecur notificou a empresa

Interfort e a contratante sobre as condições de trabalho do posto e cobrou soluções para que os problemas que colocam em risco a vida dos trabalhadores fossem solucionados.

A luta por melhores condições de trabalho e em defesa da vida é uma batalha constante do nosso sindicato. A direção da nossa entidade tem organizado inúmeras atividades para cobrar das empresas de vigilância e do poder público maior empenho no combate à violência.

O Sindsecur vai continuar fiscalizando os postos de serviço e cobrando dos gestores melhores condições de trabalho para todos os vigilantes patrimoniais do RN. Junte-se a nós e ajude a fortalecer o seu sindicato!

FONTE: sindsecur

PAGAMENTO DE PROCESSO – ASCOP/SESAB:

SINDICATO CHAMA MAIS 8 VIGILANTES EX-ASCOP/SESAB PARA ENTREGA DOS SEUS CHEQUES + 5 PROCURADOS



Nesta semana também chegou ao Sindicato os créditos de mais oito colegas ex-Ascop que atuaram na Sesab – Secretaria de Saúde do Estado, inseridos em 3 processos e a partir da próxima segunda-feira, dia 06 estes colegas já podem comparecer ao Sindicato e retirar seus cheques.

Nestes processos os créditos foram liberados nas formas de execução/cobrança diversas:

- acordo com deságio de 40%;
- precatório enquadrado na condição de PREFERENCIAL;
- créditos cobrados ao Estado através de RPV – Requisição de Pequeno Valor.

Os colegas confirmam no seu Sindicato, tiveram fé na luta e a conquista está aí. A Ascop quebrou, mas o direito do trabalhador foi garantido.

O cheque deste grupo estará disponível a partir da próxima segunda-feira, dia 6 no Sindicato, das 08 às 12h.

PROCURADOS – O Sindicato também procura outros colegas que atuaram na Ascop/Sesab ou

BB, com processos ganhos e cheque disponível na entidade. Estes colegas não atualizaram o contato e o Sindicato os procura. Se é você ou os conheça, entre em contato. Veja abaixo os nomes.

DOCUMENTOS – Para todos é indispensável que leve ao Sindicato o original e cópias dos documentos (RG, CPF, nº do PIS, Comprovante de Residência e CTPS – página da foto, verso e página do contrato Ascop).

É luta. É conquista!

Confira seu nome a seguir:

PROCESSO 68700.2008.12ª - SINDVIGILANTES/BA X ASCOP/SESAB

- REGINALDO DE SOUZA GONÇALVES
PROCESSO 66300.2008.12ª

SINDVIGILANTES/BA X ASCOP/SESAB

- ALAN GONÇALVES PIRES
PROCESSO 069500.2008.12ª

SINDVIGILANTES/BA X ASCOP/SESAB

- ELENI ALVES DOS SANTOS
- EDMILSON FERREIRA DE JESUS COSTA
- EDSON MOREIRA ALVES
- EDMILSON CRISPIM BARBOSA AMBROSI
- EMANUEL MESSIAS DA SILVA GOMES
- EDVALDO SILVA OLIVEIRA

PROCURADOS:

- DERALDO LIMA RODRIGUES
- FRANKILENE MENDES PEREIRA
- JISCLEY ALVES CARDOSO DOURADO
- JOSE ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA
- MARIVALDO PEREIRA DA COSTA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Reforma do Imposto de Renda beneficia mais os ricos. Veja o que muda

Texto aprovado pela Câmara diminui alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o desconto no Simples Nacional e reajusta a faixa de isenção menor do que a inflação

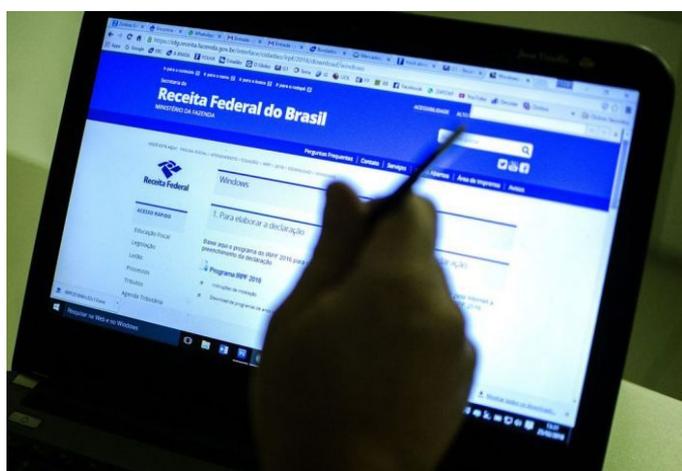


Foto: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

A reforma do Imposto de Renda (IR) que a princípio seria para diminuir distorções, taxando mais os ricos, acabou oferecendo ainda mais descontos e possibilidades para que eles paguem menos.

As mudanças, aprovadas pela Câmara dos Deputados na última quinta-feira (2), prejudicam verbas de estados e municípios destinados à saúde e educação, aumentam o custo dos remédios, dá mais descontos a empresas e diminui o desconto de quem faz a sua declaração pelo Simples Nacional. Veja abaixo o que muda.

O maior problema, segundo Antônio Montenegro Júnior, assessor econômico do PT no Senado, é que a tributação brasileira é injusta, fazendo com que a taxa sobre renda e patrimônio seja menor do que a sobre o consumo e serviços.

“Apenas em três países do mundo, o Brasil, a Estônia e a Letônia, a alíquota sobre renda e patrimônio é menor do que sobre consumo e serviços. Isto significa que o pobre vai pagar mais na hora de comprar um produto. Ele paga

de imposto, por exemplo, no preço do arroz, o mesmo que o rico, mas o rendimento dos ricos não é taxado”, diz.

Montenegro cita a imensa diferença na cobrança do imposto de renda entre o Brasil e países mais ricos.

Enquanto o Brasil concentra 44% da cobrança em tributos indiretos (bens e serviços), os Estados Unidos cobram apenas 17%.

Já em relação aos tributos diretos, sobre renda, a média brasileira é de 17%, enquanto nos EUA é de 49%, a Dinamarca 63%, e nos 38 países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a tributação gira em torno de 33%.

“Este projeto está desalinhado com o restante do mundo, que cobra mais de quem pode pagar”, afirma Montenegro.

Outra crítica ao projeto de reforma é a correção da tabela do imposto que não era feita desde 2015. De 2003 a 2015, anos dos governos de Lula e Dilma, ambos do PT, a tabela do IR era anualmente corrigida.

Michel Temer (MDB-SP) e Bolsonaro não fizeram nenhuma correção. Aliás, Bolsonaro nem cumpriu a sua promessa de campanha de isentar do imposto de renda quem ganhasse até R\$ 5 mil. Com a reforma chegará à metade: R\$ 2.500.

“O governo tem propagado que os 31% de correção na tabela do imposto é a maior já feita por qualquer governo. O que ele não diz é que ficaram seis anos sem corrigir e este índice não recompõe a inflação do período”, critica Montenegro.

O texto aprovado pela Câmara ainda precisa ser votado e aprovado pelo Senado, com maioria simples (41 votos).

Segundo o assessor do PT no Senado, a oposição vai tentar melhorar o texto aprovado pela Câmara, corrigindo distorções. Para isso, quer debater em audiências públicas, sem atropelos, a proposta que partiu do governo federal e foi alterada em parte pelos deputados federais.

Veja o que muda

Tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)

A faixa de isenção passa de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00 mensais, com correção de 31,3%. O mesmo índice é usado para reajustar a parcela a deduzir por aposentados com 65 anos ou mais.

As demais faixas terão reajuste entre 13,2% e 13,6%, enquanto as parcelas a deduzir aumentam de 16% a 31%. Deduções com dependentes e educação continuam no mesmo valor. Todas as mudanças valerão a partir de 2022.

Desconto no Simples Nacional

Atualmente quem faz a declaração pelo Simples Nacional pode ter renda em torno de R\$ 82 mil ao ano. O desconto de 20% é limitado a R\$ 16.754,34, e substitui todas as deduções permitidas, como gastos com saúde, educação e dependentes.

O governo queria limitar esse desconto para quem ganha até R\$ 40 mil ao ano, ou R\$ 3.333,00 mensais. Assim o contribuinte só poderia obter de desconto de apenas R\$ 8 mil na declaração simplificada do IR.

A Câmara manteve a declaração pelo Simples Nacional na atual faixa de renda de R\$ 82 mil, mas limitou o desconto em R\$ 10.563,60.

“A manutenção do Simples Nacional para faixas de renda mensal de R\$ 80 mil anual se deu graças aos parlamentares de partidos progressistas da oposição, que demonstraram aos demais colegas o quanto seria prejudicial aos contribuintes, e conseguiram melhorar a proposta apresentada pelo governo e o relator do texto”, conta Montenegro.

Lucros e dividendos:

Hoje a distribuição de lucros e dividendos não é taxada. Com a reforma do IR passará a pagar 15% na fonte, mas fundos de investimento em ações ficam de fora. A proposta original do

governo previa taxar em 20%.

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)

Será reduzido dos atuais 15% para 8%. Essa redução terá vigência após a implantação de um adicional de 1,5% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que vai incidir na extração de ferro, cobre, bauxita, ouro, manganês, caulim, níquel, nióbio e lítio.

A cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil continua valendo.

A proposta do governo era cortar a alíquota-base de 15% para 12,5% em 2022, e 10% em 2023.

“O grande problema aqui é que a faixa de isenção do Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas foi muito grande, de sete pontos percentuais. E quem tem lucro presumido de até R\$ 4,8 milhões ou R\$ 400 mil por mês no faturamento não vai pagar nada no Imposto de Renda Pessoa Física quando distribuir seus dividendos”, alerta o economista do PT no Senado.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diminuirá 0,5 ponto percentual em duas etapas, condicionadas à redução de incentivos tributários que aumentarão a arrecadação. Assim, o total, após o fim desses incentivos, será de 1 ponto percentual a menos, passando de 9% para 8% no caso geral. Bancos passarão de 20% para 19%; e demais instituições financeiras, de 15% para 14%.

A Câmara ainda aprovou a extinção da distribuição de lucros aos acionistas por meio dos Juros sobre Capital Próprio (JCP); a manutenção da isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física, no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022, e a aprovação da cobrança anual do Imposto de Renda para fundos fechados, os chamados “come-cotas”. Atualmente os fundos pagam esses impostos duas vezes ao ano.

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize Muniz – CUT Brasil com informações da Agência Câmara

Salário mínimo ideal para garantir o básico nos lares seria de R\$ 5,4 mil

Cálculo é do Dieese e considera o custo da cesta essencial de alimentos, educação, moradia e saúde para 'viver com dignidade'



Piso salarial deve suprir necessidades básicas das famílias, entre elas, alimentação REPRODUÇÃO/PEXELS

O salário mínimo de 2022 deve ser de R\$ 1.169, segundo proposta orçamentária anunciada pelo governo federal nesta terça-feira (31). O reajuste de R\$ 69 (6,27%) é inferior à inflação projetada para o ano, que é de 7,46%.

E bem distante do necessário para garantir a sobrevivência da família brasileira com dignidade, que seria de R\$ 5,4 mil, segundo a economista Patrícia Costa, supervisora de pesquisas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Para ela, o novo piso nacional, se aprovado, ampliará a diferença entre o piso real, no caso R\$ 1.100 em vigor e de R\$ 1.169 (previsto para o ano que vem) e o necessário para a sobrevivência do brasileiro “com dignidade respeitando os preceitos da Constituição Federal”.

Para chegar ao piso salarial necessário, o Dieese considera a cesta básica mais cara de 17 capitais e as necessidades básicas de uma família com dois adultos e duas crianças, conforme estabelece a Constituição Federal.

Entre elas, alimentação, educação, moradia, saúde e transporte.

A desvalorização do salário mínimo vem ocorrendo ano a ano. Porém, desde 2019, o piso nacional passou a ser corrigido apenas pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), a fim de preservação do poder de compra do mínimo.

A decisão, no entanto, não traz ganho real à remuneração dos profissionais. Com a correção sendo feita apenas pela inflação, o salário mínimo fica cada vez mais distante do valor necessário para a sobrevivência das famílias.

Situação do país é triste e crítica, aponta economista

Patrícia fala que as políticas sociais adotadas pelo governo - auxílio emergencial, vale gás, entre outros - amenizam a situação crítica que vivem muitas famílias de forma momentânea.

“Uma política social boa torna o cidadão apto para exercer um trabalho digno e com remuneração suficiente participar consumir junto com toda a sociedade”, diz.

A pesquisadora lembra que para as famílias de baixa renda a maior parte da sua remuneração é direcionada à alimentação, que vem ficando cada vez mais cara no nosso país.

No ano passado, os alimentos subiram 18% contra uma inflação de 4,5%, segundo André Braz, coordenador do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) do FGV-IBRE (Instituto Brasileiro de Economia).

O economista lembra que já há uma defasagem de outros reajustes da remuneração base porque não olharam para o item de maior necessidade dessas famílias: os alimentos.

São distorções que vão se acumulando gradualmente porque não estamos falando de uma cesta de consumo diversificada. Se as famílias com renda próxima a um salário mínimo pudessem comprar de tudo, eu acredito que a inflação média, que é a utilizada para o cálculo, deixaria tudo no zero a zero.

ANDRÉ BRAZ

Patrícia lamenta o momento atual e o fato de muitas famílias estarem passando fome e morando nas ruas por não conseguir manter o pagamento do aluguel.

“Soube que a Praça da Sé [na região central da capital de São Paulo, considerada o marco

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

zero do município] está lotada de pessoas morando por lá. A situação da cidade está muito triste”, lamenta a economista.

Para ela a situação mais crítica é a fome enfrentada pela população por causa da elevada inflação que vem atingindo os alimentos.

É triste saber que os chineses estão comendo nossa melhor carne enquanto aqui há filas imensas de pessoas querendo um osso de boi.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam alta de 34,3% no valor das carnes. Um dos motivos é o aumento das exportações da proteína animal por causa da valorização do dólar.

Juliana Inhasz, professora de economia do Insper, também fala sobre o impacto do reajuste na vida de uma família que vive com o salário mínimo.

A inflação está ganhando do salário mínimo. Esse trabalhador que receberá um aumento de R\$ 69 receberá menos do que a inflação e vai diminuir o seu poder de compra em relação ao ano passado.

Ela cita o exemplo de um trabalhador que ganhava R\$ 1.100 em janeiro de 2021 e consumia todo esse rendimento, considerando que a maior parte da sua cesta de consumo vai para alimentação.

Ao receber R\$ 1.169 a partir de janeiro do ano que vem, ou seja, um aumento de 6,27%, ele terá um reajuste inferior à inflação projetada para o ano, que é de 7,46%.

Com isso, numa cesta de bens que ele pagava R\$ 1.100 no ano passado, no início de 2022 ele estará pagando R\$ 1.182, ou seja, ele terá de diminuir o seu consumo para conseguir manter o orçamento da família.

FONTE: Márcia Rodrigues, do R7

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF